



TUDELÂNDIA CENTRAL ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 02.233.034/0001-51

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios findos em 01 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023				Exercícios Findos em 01 de janeiro 2023 e 31 de dezembro de 2023				Exercícios findos em 01 de janeiro 2023 e 31 de dezembro de 2023			
(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)			
Ativo	2023	2022	Reapresentado	2023	2022	Reapresentado	2023	2022	2023	2022	Reapresentado
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	5.016.220	2.323.864					6.467.679	5.943.895			
Caixa restrito (Nota 4)	216.413	230.370					(1.603.949)	(1.457.986)			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis (Nota 5)	861.005	844.043					4.863.730	4.485.909			
Adiantamentos e despesas antecipadas	34.906	18.693							613.978	611.702	
Impostos a recuperar (Nota 6)	29.343	29.343							280.082	716.020	
	6.157.887	3.446.312							(527.091)	(531.150)	
									4.962.234	4.656.525	
Não circulante											
Mútuo com partes relacionadas (Nota 7)	4.041.153	5.187.062									
Cheques de terceiros em poder da Companhia	-	1.049.623									
Imobilizado (Nota 8)	5.638.296	6.202.275									
	9.679.449	12.438.959									
Total do ativo	15.837.336	15.885.272									
Passivo e patrimônio líquido	2023	2022									
			Reapresentado								
Circulante											
Empréstimos (Nota 9)	312.004	707.615									
Fornecedores e outras contas a pagar	113.681	44.431									
Salários e contribuições a recolher	11.445	15.691									
Impostos a recolher	30.262	86.802									
Dividendos a Pagar	193.911	560.967									
Outras contas a pagar	-	4.749									
	661.303	1.420.255									
Não circulante											
Empréstimos (Nota 9)	-	224.716									
	-	224.716									
Total do passivo	661.303	1.644.971									
Patrimônio líquido (Nota 10)											
Capital social	10.026.687	10.026.687									
Reserva de lucros	4.398.900	3.692.931									
Reserva legal	750.446	520.683									
Total do patrimônio líquido	15.176.033	14.240.301									
Total do passivo e patrimônio líquido	15.837.336	15.885.272									

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Companhia tem por objetivo exclusivo a produção independente de energia elétrica, do potencial hidráulico denominado PCH Tudelândia, com 2.400KW de potência instalada, localizada no rio Santíssimo, afluente do rio Grande, na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, município de Santa Maria Madalena, Estado do Rio de Janeiro, caracterizada como pequena central hidrelétrica nos termos da Resolução ANEEL nº 394, de 04 de dezembro de 1998, cuja autorização foi concedida pela Resolução ANEEL nº 708 de 17 de dezembro de 2002. A Companhia é controlada pela Denge Engenharia e Consultoria Ltda., com sede no Rio de Janeiro. A concessão possui prazo de vigência de 30 anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, ou seja, 17 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme condições estabelecidas pela ANEEL, e desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições do contrato de concessão e na legislação do setor. Após o término da vigência dessa concessão, os bens e instalações vinculadas à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União. Em junho de 2004, a Companhia firmou contrato de venda de energia elétrica com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, pelo prazo de vinte anos a contar da data planejada de início da operação comercial, vigorando o contrato até 18 de janeiro de 2026. Este contrato de compra e venda de energia foi pactuado por intermédio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas e Energia Elétrica (PROINFA). Desde o início da operação a Companhia vem celebrando com a Energisa Soluções S/A, renovações contratuais de operação e manutenção de rotina da Casa de Força da PCH – Pequena Central Hidrelétrica sendo a última renovação com vigência até 17/07/2025. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em maio de 2010, por meio de Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo CPC para a produção e faturada a primeira venda de energia para a Eletrobrás. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia em **01 de março de 2024**. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os novos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e os específicos da CPC para Pequenas e Médias Empresas - PME, 2.2. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Ativos Financeiros:** São quaisquer ativos que sejam dinheiro, instrumento patrimonial de outra entidade, direito **contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra Empresa; ou contrato que será ou que poderá vir a ser liquidado** pelos instrumentos patrimoniais (como ações) da própria Companhia. **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros emitidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. (b) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. (c) Juros: As receitas dos juros referentes ao mútuo com a empresa Denge Engenharia Consultoria Ltda. foram calculadas com base na Taxa de Juros Selic. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de liquidação e juros menos a provisão para débitos duvidosos. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.5. Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar são representados por retenção de IRPJ e CSLL retidos sobre faturamento e aplicações financeiras, os quais serão compensados com impostos devidos administrados pela Receita Federal do Brasil. Os mesmos estão sujeitos a revisões pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais previstos em legislação específica. **2.6. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação. O custo histórico induí os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. Compreende basicamente, o direito de uso da infraestrutura construída ou adquirida pelo Concessionário, como parte do contrato de autorização para geração de energia elétrica. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O saldo do ativo imobilizado é registrado à taxa de liquidação e depreciado pelo período de autorização, isto é, até 2032, considerando o método que, na avaliação da administração, melhor reflete o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados, que é aquele que coincide com o mecanismo da tarifa da venda de energia. Nesse sentido, a despesa de depreciação é apropriada de forma linear no prazo da autorização (período em que o serviço público é prestado utilizando a infraestrutura). As correspondentes taxas de depreciação utilizadas, assim, são determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura para efeito de determinação da tarifa ou prazo de autorização, dos dois o menor. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens. **2.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **2.8. Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor da liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do financiamento são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **2.9. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, isto é, as receitas e despesas são registradas no momento de sua ocorrência. **2.10. Reapresentação das Demonstrações Financeiras do ano 2022:** As demonstrações financeiras de 2022 foram reapresentadas para refletir os efeitos retroativos dos ajustes realizados para contemplar os lançamentos no montante de R\$ 35.287,69 no resultado. Os demais ajustes podem ser assim apresentados: a) Despesas Administrativas: Foram alterados valores: 1. Pró-labore 2022: R\$ 29.501,88; 2. Cheques a compensar 2014: R\$ 4.685,83; 3. Férias 2022: R\$ 1.099,98.

8. Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens que compõe a PCH, que serão devolvidos à União ao final da concessão e estão registrados ao custo de aquisição.

CUSTO	Obras Cívicas	Máq. e Equip./Turbina	Barragens	Equip. e Instalações	Construção	Imobilizado	Total
Em 1º de janeiro 2023	8.639.807,01	3.108.146,09	1.977.377,87	339.587,69	39.198,49	87.220,00	14.191.337,15
Aquisição	-	-	-	50.000,00	-	-	50.000,00
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro 2023	8.639.807,01	3.108.146,09	1.977.377,87	389.587,69	6.899,86	87.220,00	14.209.038,52
DEPRECIACÃO ACUMULADA							
Em 1º janeiro de 2023	(4.809.014,17)	(1.712.866,00)	(1.101.978,89)	(329.473,41)	(3.431,53)	-	(7.956.764,00)
Depreciação Anual	(382.743,48)	(137.867,16)	(87.597,84)	(5.080,01)	(690,00)	-	(613.978,49)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro 2023	(5.191.757,65)	(1.820.733,16)	(1.189.576,73)	(334.553,42)	(4.121,53)	-	(8.570.742,49)
Valor Contábil							
Em 1º de janeiro 2023	3.830.792,84	1.395.280,09	875.398,98	60.114,28	3.468,33	87.220,00	6.252.274,52
	382.743,48	137.867,16	87.597,84	5.080,01	690,00	-	613.978,49
Em 31 de dezembro 2023	3.448.049,36	1.257.412,93	787.801,14	55.034,27	2.778,33	87.220,00	5.638.296,03
	4,43%	4,44%	4,43%	1,30%	10,00%	0,00%	

(a) A taxa de depreciação foi calculada de acordo com o prazo de vigência da concessão, ou seja, 17 de dezembro de 2032. A administração da Companhia não dispõe em sua totalidade de estudo que indiquem as perspectivas de recuperação desse ativo até o prazo final de autorização através de suas operações futuras.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da empresa TUDELÂNDIA CENTRAL ELÉTRICA S/A - Opinião: 1. Examinamos as demonstrações contábeis da empresa TUDELÂNDIA CENTRAL ELÉTRICA S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. 2. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa TUDELÂNDIA CENTRAL ELÉTRICA S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** 3. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. 4. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a empresa auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Adotamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** 5. Verificamos carta de advogado, do escritório Peres e Araújo Advogados Associados, que descreve as ações judiciais em curso, em sua maioria, com a indicação de probabilidade de perda remota ou possível, e com os valores das perdas estimadas pelo advogado, com impacto financeiro não relevante para a continuidade da empresa. Não formamos opinião sobre eventual reflexo contábil dos desdobramentos jurídicos ou de possíveis fatos subsequentes, relacionados com as ações judiciais em curso. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** 6. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 7. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. 8. Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** 9. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. 10. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas feitas pela administração. d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional. e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. 11. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive quanto a eventuais melhorias dos controles internos contábeis. Rio de Janeiro, 20 de março de 2024.

AUDITEC - AUDITORIA E PERICIA CONTÁBIL S/S - CRC - RJ Nº 0202
Ernesto Patrício Giráldez - Contador CRC - RJ Nº 53.076

Coberturas	LMI	Franquias por Evento
Danos Materiais , incluindo mas não se limitando: Danos da Natureza; Alagamento e Inundação; Desmoronamento, Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Danos Elétricos, Quebra de Máquinas, Greves e Tumultos e Incêndio decorrente de Queimadas em Zonas Rurais	14.653.351,00	Geradores e Estruturas / Obras Cívicas: 15% dos prejuízos indenizáveis com Mínimo de R\$ 200.000,00 Turbinas: 15% dos prejuízos indenizáveis com Mínimo de R\$ 200.000,00 Transformadores: 20% dos prejuízos indenizáveis com Mínimo de R\$ 100.000,00 Demais Equipamentos: 15% dos prejuízos indenizáveis com Mínimo de R\$ 100.000,00
Sublimes de Danos Materiais		
Despesas de Desentulho e/ou Remoção e Descarte de Resíduos	1.000.000,00	Conforme cobertura acionada
Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros	1.000.000,00	20% das despesas indenizáveis despendidas
Lucros Cessantes		
Lucros Cessantes (Lucro Bruto) Decorrentes de Danos Materiais com Período Intermédio de 12 Meses	5.843.895,00	30 dias correspondentes aos primeiros prejuízos
Adicionais		
Despesas Extraordinárias	1.000.000,00	Somar os prejuízos indenizáveis a cobertura acionada para posterior dedução da franquia
Honorário de Peritos (DM+LC)	1.000.000,00	

Prêmio de Seguro R\$ 69.811	
14. Receita de fornecimento de energia	
Referem-se ao fornecimento de energia à Eletrobrás mensalmente durante o ano de 2023.	
Receita com fornecimento de energia elétrica	(6.712.692)
Impostos incidentes sobre vendas	245.013
	(6.467.679)

2023	2022
Custos Diretos da Produção	
Serviços Técnicos de Terceiros	190.564
Serviços de operação – Energisa	584.793
Energia Elétrica	1.394
Enel – Uso da linha	195.368
Manutenção da Usina	17.862
Total dos Custos Diretos da Produção	989.971
Custos Indiretos da Produção	
Depreciação	613.978
Total Custos Diretos e Indiretos	1.603.949

16. Receitas e despesas financeiras	
2023	2022
	Reapresentado
Juros financiamento BNDES	55.365
Comissão fiança – Banco Itaú Unibanco	104.860
Taxa acionária Trustee - Banco Itaú Unibanco	67.406
Outras despesas	5.865
Despesas financeiras	128.635
Receita de Financeira	(832.588)
Despesas financeiras líquidas	(703.953)
17. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui somente os diretores, cuja remuneração paga até 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 301.706 (R\$ 273.000 em 2022). 18. Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda (IR) foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 50%, consoante legislação específica, e a Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável, conforme legislação em vigor. A Companhia apura trimestralmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social pela sistemática do lucro presumido.	
2023	2022
Imposto de Renda e Contribuição Social	
Receitas com Vendas	6.712.692
Base de Cálculo IRPJ 8%	34.106
Base de Cálculo IRPJ 8%	571.122
Base de Cálculo CSLL 12%	805.523
Imposto de Renda (15%) e Contribuição Social (9%) = 24%	161.235
Imposto de Renda (10%) sobre lucros excedentes	
a R\$ 240 no período de 12 meses	33.112
Imposto de Renda e Contribuição Social	194.347

Davi Moura Dopico	José Adelino da Rocha Neto
Diretor-Presidente	Contador - CRC-RJ 086.203/O-1

DocuSigned by:
Deuscimara Teixeira de Mendonça
7F2C7B71F539431...